



Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista de Controle  
Área Engenharia Civil**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova 'G07', Tipo 001

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

**P R O V A**

**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

**Perspectiva de Montesquieu**

O grande pensador francês Montesquieu (1689-1755) é um dos mais importantes intelectuais na história das ciências jurídicas. A grande originalidade de sua obra maior – **O espírito das leis** – consiste na revolução metodológica. O método de Montesquieu comporta dois aspectos inter-relacionados, que podem ser distinguidos com clareza. O primeiro exclui da ciência social toda perspectiva religiosa ou moral; o segundo afasta o autor das teorias abstratas e dedutivas e o dirige para a abordagem descritiva e comparativa dos fatos sociais.

Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos. Montesquieu, ao contrário, reduz as instituições a causas puramente humanas. Segundo ele, introduzir princípios teológicos no domínio da história, como fatores explicativos, é confundir duas ordens distintas de pensamento. Deliberadamente, dispõe-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandona tal projeto.

Já nas primeiras páginas do **Espírito das leis** ele adverte o leitor contra um possível mal-entendido no que diz respeito à palavra “virtude”, que emprega amiúde com significado exclusivamente político, e não moral. Para Montesquieu, o correto conhecimento dos fatos humanos só pode ser realizado cientificamente na medida em que eles sejam visados como são e não como deveriam ser. Enquanto não forem abordados como independentes de fins religiosos e morais, jamais poderão ser compreendidos. As ciências humanas deveriam libertar-se da visão finalista, como já haviam feito as ciências naturais, que só progrediram realmente quando se desvencilharam do jugo teológico.

Para o debate moderno das relações que se devem ou não travar entre os âmbitos do direito, da ciência e da religião, Montesquieu continua sendo um provocador de alto nível.

(Adaptado de **Montesquieu – Os Pensadores**. S. Paulo: Abril, 1973)

1. O método original pelo qual Montesquieu se orienta ao escrever **O espírito das leis** tem como primeira característica promover
- (A) uma convergência mais natural entre as bases do pensamento teológico e as das instituições civis.
  - (B) o caráter dedutivo dos estudos jurídicos, a se desenvolverem com base em teses e hipóteses investigativas.
  - (C) a separação radical entre o âmbito dos valores teológicos e morais e o das políticas e ciências humanas.
  - (D) a supressão dos valores éticos morais, em nome de uma exclusiva ordem constitucional anticlerical.
  - (E) o confronto entre as prioridades de um Estado religioso e as de um Estado laico, tendo em vista uma síntese conciliatória.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Foi a grande importância que Montesquieu atribuía aos estudos de filosofia pura que o levou a compor um tratado como **O espírito das leis**, um monumento dedicado à metafísica do Direito.
  - II. Para Montesquieu, as instituições humanas devem ser vistas como tais, ou seja, criações do homem, devendo por isso ser tratadas como fenômenos políticos, e não como manifestações místicas.
  - III. Montesquieu, em suas reflexões sobre as instituições e as leis, deixava-se orientar pelo pensamento utópico, prefigurando, como homem de imaginação que era, a realização espiritual e ideal dos homens.

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos.

Com base no trecho acima, é correto afirmar:

- (A) a palavra *solapamento* está empregada no sentido de **implementação** ou **suprimento**.
- (B) na expressão *segundo o qual*, o elemento sublinhado reporta-se diretamente a *desenvolvimento histórico*.
- (C) a expressão *desígnios divinos* tem sentido oposto ao da expressão *finalismo teológico*.
- (D) o *desenvolvimento histórico do homem* era visto, até então, em função do *finalismo teológico e moral*.
- (E) a expressão *cumprimento de desígnios divinos* deve ser entendida como **extensão da autoridade de Deus**.

4. Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Montesquieu valeu-se, em **O espírito das leis**, do conceito político de “virtude”, escoimando essa palavra de qualquer ressonância de ordem moral ou religiosa.
- (B) Para que não se confundissem os leitores, Montesquieu advertiu-os que a palavra “virtude” ali empregada não detinha terminologia religiosa, conquanto apenas política.
- (C) Era mister de Montesquieu desconsiderar o desígnio divino, razão pela qual fixou no termo “virtude” o censo de sentido político que a palavra deveria transpirar.
- (D) Em **O espírito das leis**, propunha Montesquieu a tratar das instituições de fato humanas, tendo por isso empregado a palavra “virtude” em sentido material, e não teológico.
- (E) Ao conceito moral de “virtude” opôs-se Montesquieu, preterindo-o uma vez que lhe preferia no sentido político, tendo para isso alertado seus leitores em **O espírito das leis**.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas em:
- (A) Para os leitores de qualquer época seriam úteis reconhecer os dois métodos que regiam Montesquieu em **O espírito das leis**.
- (B) Muito terão a ganhar, sejam quais forem as convicções de uma época, quem se disponha a refletir sobre as ideias de Montesquieu.
- (C) À exceção dos que professam ardentemente uma fé, leitores de Montesquieu haverão sempre, para endossar com ânimo suas teses.
- (D) Segundo Montesquieu, não cabem aos homens preocupar-se com a finalidade religiosa das instituições, mas sim com a finalidade política.
- (E) No século XVIII não se ateu aos princípios morais religiosos quem, como Montesquieu, os preferis-se para priorizar os princípios da política.
- 
6. A oração sublinhada exerce a função de **sujeito** dentro do seguinte período:
- (A) Montesquieu preferiu guiar-se pelos valores civis, em vez de se deixar levar pelo finalismo religioso.
- (B) A um espírito sensível e religioso não convém ler um filósofo como Montesquieu buscando apoio espiritual.
- (C) Um estudo sério da história das ciências jurídicas não pode prescindir dos métodos de que se vale Montesquieu em O espírito das leis.
- (D) As ciências humanas deveriam libertar-se da religião, assim como ocorreu com as ciências naturais.
- (E) O método de Montesquieu valorizou as instituições humanas e solapou o finalismo teológico e moral.
- 
7. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original composto por dois aspectos inter-relacionados: que serviam a seu propósito condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (B) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método, original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável, para muitos, de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (C) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados que serviam a seu propósito, condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (D) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto, por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável para muitos: de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (E) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito, condenável, para muitos de ver como excludentes o finalismo religioso, e o fenômeno político.
- 
8. Está INADEQUADA a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Enquanto não fossem abordados como independentes de fins religiosos e morais, os fatos humanos jamais seriam compreendidos, acreditava Montesquieu.
- (B) Deliberadamente, Montesquieu dispunha-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandonaria tal projeto.
- (C) Ele mais de uma vez advertiu o leitor contra um possível mal-entendido no que dizia respeito à palavra "virtude", que empregava amiúde com significado exclusivamente político.
- (D) O primeiro aspecto do método excluía da perspectiva social todo valor religioso, ao passo que o segundo afastasse o autor das abstrações teóricas.
- (E) Segundo a moral que predomina na época, o desenvolvimento histórico do homem deve subordinar-se ao cumprimento dos desígnios divinos.
- 
- Noções de Direito Constitucional**
9. Henrique decide organizar uma passeata em prol da proteção do meio ambiente. No dia marcado, mais de cem pessoas se reúnem no centro da cidade, munidas de bandeiras e cartazes para expressar suas opiniões sobre a causa a ser defendida. Para que a referida manifestação esteja conforme os ditames constitucionais,
- (A) dependerá de prévia autorização judicial, para que a autoridade competente verifique se a reunião possui fins pacíficos.
- (B) ao final da manifestação, seu organizador deverá prestar contas ao Poder Público e ressarcir eventuais danos causados ao patrimônio público.
- (C) poderá ser realizada em local aberto ao público, desde que a autoridade competente tenha sido previamente avisada sobre o evento.
- (D) estará condicionada à existência prévia de associação que se responsabilize por sua realização e tenha, entre seus fins, a defesa do meio ambiente.
- (E) deverá ser organizada sob a forma de comício, uma vez que a Constituição não autoriza a realização de reuniões móveis.
- 
10. Conforme a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil,
- (A) o Distrito Federal, por sua condição peculiar de capital federal, não possui autonomia e não pode ser dividido em Municípios.
- (B) os Territórios Federais integram os Estados-Membros aos quais pertencem e suas competências são reguladas por lei complementar.
- (C) a República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados-Membros, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios, todos dotados de autonomia.
- (D) os Estados-Membros podem se subdividir, mas não podem se desmembrar para se anexarem a outros Estados-Membros, pois, neste caso, ofenderão o princípio constitucional que proíbe a secessão.
- (E) o Distrito Federal rege-se por lei orgânica e possui competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.



11. A Constituição do Estado do Paraná
- (A) não é dotada de preâmbulo, visto que apenas a Constituição Federal, por ser fruto de um Poder Constituinte Originário, pode conter um dispositivo para a abertura da ordem constitucional.
  - (B) determina que a cidade de Curitiba é a Capital do Estado, a qual somente poderá ser mudada mediante lei complementar e após consulta plebiscitária.
  - (C) prevê a possibilidade de o governador do Estado editar medidas provisórias, em respeito ao princípio da simetria relacionado às regras do processo legislativo estadual.
  - (D) determina que as leis complementares estaduais são aprovadas por maioria simples dos integrantes da Assembleia Legislativa.
  - (E) estabelece que o controle externo das contas públicas estaduais, a cargo do Poder Executivo, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
12. Em relação à nacionalidade, determina a Constituição Federal que
- (A) a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização será declarada, por decisão do Ministério da Justiça, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
  - (B) os cargos de Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e de oficial das Forças Armadas são privativos de brasileiro nato.
  - (C) as normas constitucionais não poderão estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
  - (D) o brasileiro não perderá a nacionalidade no caso de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
  - (E) os direitos inerentes aos brasileiros serão atribuídos aos portugueses, independentemente de residirem no Brasil ou no exterior, como reciprocidade aos laços entre Brasil e Portugal durante o período colonial.
13. Sobre a disciplina constitucional dos direitos políticos, é correto afirmar que
- (A) os analfabetos, embora possam exercer o direito de voto, são considerados inelegíveis.
  - (B) o Presidente da República, para concorrer à reeleição, deve renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
  - (C) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo máximo de dez dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
  - (D) a soberania popular será exercida diretamente por meio de voto, iniciativa popular, referendo, plebiscito, ação popular, participação no júri, bem como por meio de decisão em processo de *impeachment*.
  - (E) a elegibilidade tem como condições a nacionalidade brasileira, o alistamento eleitoral, a filiação partidária e a idade mínima de trinta e cinco anos para o cargo de governador.
14. A Câmara dos Deputados tem competência privativa para
- (A) exercer o controle externo das contas públicas com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
  - (B) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
  - (C) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
  - (D) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
  - (E) determinar os limites de emissão da moeda bem como o montante da dívida mobiliária federal.
15. Sobre as disposições constitucionais referentes ao processo legislativo ordinário, é correto afirmar que
- (A) o Congresso Nacional não pode rejeitar projeto de lei advindo de iniciativa popular.
  - (B) o Senado Federal é a casa inicial para discutir e votar projetos de lei de iniciativa do Presidente da República.
  - (C) matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto se, quando reproposto, apresentar fundamentação diversa da do projeto original.
  - (D) matéria relacionada à modificação de efetivos das Forças Armadas não pode ser objeto de deliberação legislativa.
  - (E) projeto de lei cujo veto tenha sido derrubado pelo Congresso Nacional será enviado para promulgação ao Presidente da República.
16. Nos termos da Constituição Federal, a competência privativa do Presidente da República poderá ser delegada no caso de
- (A) decretação do estado de defesa, de sítio e intervenção federal.
  - (B) concessão de indulto e comutação de penas.
  - (C) elaboração de decretos e regulamentos para a fiel execução da lei.
  - (D) edição de medidas provisórias com força de lei.
  - (E) celebração de tratados, convenções e atos internacionais.
- Noções de Direito Administrativo**
17. Em contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93,
- (A) a alteração qualitativa ou quantitativa do seu objeto, não é admitida em face do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
  - (B) admitem-se acréscimos quantitativos, no limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, podendo chegar a 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento.
  - (C) a supressão de obras, serviços ou compras contratados, não é admitida exceto com a expressa concordância do contratado.
  - (D) a alteração qualitativa, não é admitida mas apenas a quantitativa, para acréscimos ou supressões do objeto contratado, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
  - (E) a alteração qualitativa é admitida, quando houver modificação do projeto ou das especificações, vedadas alterações quantitativas.



18. De acordo com a legislação que disciplina o processo administrativo (Lei Federal nº 9.784/99), os recursos administrativos
- (A) podem ser interpostos, não apenas por aqueles que forem parte no processo, mas também por aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.
  - (B) podem ter como titulares de direitos e interesses apenas os que forem parte no processo e as organizações e associações de classe no tocante aos direitos individuais atingidos.
  - (C) tramitam, no máximo, por duas instâncias administrativas, admitindo-se a reconsideração pela autoridade prolatora da decisão, que deve se manifestar no prazo máximo de 10 dias.
  - (D) tramitam, no máximo, por três instâncias administrativas, não cabendo juízo de reconsideração pela autoridade prolatora da decisão.
  - (E) podem ser interpostos apenas em relação às razões de legalidade da decisão, vedada a discussão do mérito administrativo, e exigem o oferecimento de caução, salvo quando dispensada pela autoridade recorrida.
- 
19. Determinada empresa privada, concessionária de serviço público, está sendo acionada por usuários que pleiteiam indenização por prejuízos comprovadamente sofridos em razão de falha na prestação dos serviços. A propósito da pretensão dos usuários, é correto concluir que
- (A) depende de comprovação de dolo ou culpa do agente, eis que as permissionárias e concessionárias de serviço público não estão sujeitas à responsabilização objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço público.
  - (B) atinge a empresa concessionária, independentemente de comprovação de dolo ou culpa, porém é afastada quando não comprovado o nexo de causalidade, bem como quando comprovada culpa exclusiva da vítima.
  - (C) atinge apenas o concedente do serviço, o qual possui responsabilidade extracontratual de natureza objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço concedido.
  - (D) atinge a concessionária apenas se comprovada conduta dolosa ou culposa, a qual, uma vez condenada, possui o direito de regresso em face do poder concedente.
  - (E) atinge apenas o concedente do serviço, que somente será condenado em caso de comprovação de dolo ou culpa da empresa concessionária e terá contra a mesma o correspondente direito de regresso.
- 
20. A Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre improbidade administrativa, alcança os
- (A) agentes públicos, desde que com vínculo permanente, mandato ou cargo, nas entidades integrantes da Administração direta ou indireta de todos os Poderes.
  - (B) atos dolosos, exclusivamente, desde que ensejem lesão ao patrimônio público ou violação aos princípios aplicáveis à Administração Pública, praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração.
  - (C) agentes públicos e os particulares que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem de forma direta ou indireta.
  - (D) atos praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes de todas as esferas da federação, excluídas as entidades privadas que recebam recursos públicos exclusivamente a título de subvenção.
  - (E) atos dolosos ou culposos praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração, desde que causem, cumulativamente, lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.
- 
21. De acordo com legislação que rege licitações e contratos administrativos, são ADEQUADAS as modalidades licitatórias
- (A) leilão para alienação de bens móveis e imóveis avaliados em até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e concorrência para alienação de bens móveis e imóveis acima deste valor.
  - (B) pregão para aquisição de bens de natureza comum e para alienação de bens inservíveis e convite para compras de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
  - (C) concurso para contratação de serviços técnicos especializados e tomada de preços para compras até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
  - (D) concorrência para concessões e para alienação de imóveis de qualquer valor e pregão para aquisição de bens e serviços comuns.
  - (E) tomada de preços para aquisição de bens de natureza comum e convite para contratação de serviços de natureza comum, em ambos os casos, independentemente do valor estimado.
- 
22. A respeito do controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, é correto afirmar:
- (A) Em face da presunção de veracidade e de legitimidade, não admitem exame judicial no que diz respeito à motivação.
  - (B) Em face da presunção de legalidade, somente podem ser anulados judicialmente quando comprovada violação de norma de competência ou de forma.
  - (C) Apenas os atos vinculados são passíveis de controle judicial, vedando-se o exame dos aspectos de conveniência, oportunidade e legalidade dos atos discricionários.
  - (D) Todos os aspectos do ato administrativo são passíveis de exame pelo Poder Judiciário, exceto o mérito administrativo dos atos vinculados.
  - (E) Os atos discricionários são passíveis de controle pelo Poder Judiciário, no que diz respeito aos aspectos de legalidade e, quanto ao mérito, podem ser invalidados se constatado desvio de finalidade ou ausência dos motivos determinantes para a sua prática.



23. Inserem-se entre as entidades integrantes da Administração pública indireta, além das empresas públicas, as
- (A) sociedades de economia mista, as fundações públicas e as Organizações Sociais ligadas à Administração por contrato de gestão.
  - (B) autarquias, fundações e sociedades de economia mista, que são pessoas jurídicas de direito público.
  - (C) sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, que se submetem ao mesmo regime jurídico das empresas privadas e aos princípios aplicáveis à Administração Pública.
  - (D) fundações e autarquias, excluídas as sociedades de economia mista.
  - (E) sociedades de economia mista, exceto as que operam no domínio econômico em regime de competição com as empresas privadas.
- 
24. De acordo com a Lei nº 8.666/93, as exigências relativas à qualificação econômico-financeira dos licitantes
- (A) compreendem a apresentação de balanço e demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a exigência valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.
  - (B) não podem contemplar a apresentação de garantia de execução do contrato, podendo-se, contudo, exigir dos licitantes a apresentação de índices que comprovem a capacidade financeira e faturamento anterior, compatíveis com o objeto da licitação.
  - (C) podem contemplar a exigência de garantia, na forma de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, limitada a 5% do valor estimado da contratação, vedada a exigência simultânea de índices de rentabilidade.
  - (D) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e relação de compromissos que possam comprometer a capacidade de execução do objeto licitado, vedada a exigência de apresentação de balanço ou balancetes.
  - (E) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e de balanço e demonstrações financeiras do último exercício, admitindo-se a exigência de garantia apenas para objetos de grande vulto e alta complexidade.
- 

#### Raciocínio Lógico

25. Sabe-se que os termos da sequência (8, 9, 12, 13, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 26, ...) foram obtidos segundo uma lei de formação. De acordo com essa lei, o 13º termo dessa sequência é um número
- (A) par.
  - (B) primo.
  - (C) divisível por 3.
  - (D) múltiplo de 4.
  - (E) quadrado perfeito.
- 
26. Em um escritório trabalham 10 funcionários: 5 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Dispõe-se de 10 fichas numeradas de 1 a 10, que serão usadas para sortear dois prêmios entre esses funcionários e, para tal, cada mulher receberá uma ficha numerada de 1 a 5, enquanto que cada homem receberá uma numerada de 6 a 10. Se, para o sorteio, as fichas das mulheres forem colocadas em uma urna M e as dos homens em uma urna H, então, ao sortear-se uma ficha de cada urna, a probabilidade de que em pelo menos uma delas esteja marcado um número ímpar é de
- (A) 24%.
  - (B) 38%.
  - (C) 52%.
  - (D) 68%.
  - (E) 76%.
-



27. Considere que as seguintes premissas são verdadeiras:
- I. Se um homem é prudente, então ele é competente.
  - II. Se um homem não é prudente, então ele é ignorante.
  - III. Se um homem é ignorante, então ele não tem esperanças.
  - IV. Se um homem é competente, então ele não é violento.

Para que se obtenha um argumento válido, é correto concluir que se um homem

- (A) não é violento, então ele é prudente.
  - (B) não é competente, então ele é violento.
  - (C) é violento, então ele não tem esperanças.
  - (D) não é prudente, então ele é violento.
  - (E) não é violento, então ele não é competente.
- 
28. Quando faziam uma excursão pela Serra do Mar, quatro amigos perderam-se e, tarde da noite, depararam-se com uma ponte de corda que, a cada travessia, só suportava o peso de, no máximo, duas pessoas. Além disso, dada a escuridão que se apresentava no momento, fez-se necessário, a cada travessia, usar o único lampião que dispunham, para que fosse minimizado o risco a que seriam submetidos. Supondo-se que, por travessia, Alice gaste 6 minutos, Bráulio gaste 8 minutos, Canuto gaste 12 minutos e Dalila gaste 15 minutos, então, o menor tempo que seria gasto até que todos atravessassem tal ponte é
- (A) 55 minutos.
  - (B) 53 minutos.
  - (C) 50 minutos.
  - (D) 45 minutos.
  - (E) 42 minutos.

#### Controle Externo da Administração Pública

29. Compete ao Tribunal de Contas
- (A) julgar as contas apresentadas pelos órgãos fiscalizadores de categorias profissionais.
  - (B) apreciar, para fins de registro, as nomeações para provimento de cargo em comissão.
  - (C) sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão ao Chefe do Poder Executivo.
  - (D) prestar informações solicitadas pelo Poder Legislativo sobre a fiscalização contábil, operacional, financeira, patrimonial, orçamentária e ambiental.
  - (E) realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias.
- 
30. Nos termos da Lei Orgânica do TCE/PR, além da apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, o Tribunal de Contas também emite parecer prévio, por solicitação da Assembleia Legislativa, sobre
- (A) o relatório das atividades desenvolvidas pelo próprio Tribunal.
  - (B) o cumprimento de metas.
  - (C) editais de licitação por ela elaborados.
  - (D) a proposta orçamentária.
  - (E) convênios entre o Estado e os Municípios.

31. A Constituição Federal estabelece que os Tribunais de Contas estaduais serão integrados por
- (A) três Conselheiros.
  - (B) cinco Conselheiros.
  - (C) sete Conselheiros.
  - (D) nove Conselheiros.
  - (E) onze Conselheiros.



32. O Prefeito de um município do Estado do Paraná celebrou termo de parceria com uma entidade assistencial, sem fins lucrativos, para promover aulas a analfabetos. Todavia, a beneficiária negou-se a prestar contas ao TCE/PR, alegando que esse ato estava fora de sua jurisdição. A medida tomada pela entidade pode ser considerada
- (A) correta, uma vez que a competência para fiscalização de despesas relacionadas à educação de analfabetos é do Tribunal de Contas da União.
  - (B) incorreta, uma vez que a jurisdição do TCE/PR abrange qualquer entidade que utilize bens e valores públicos.
  - (C) incorreta, salvo se os valores repassados não excederam a 0,01% do orçamento anual do Município.
  - (D) correta, uma vez que a beneficiária é entidade sem fins lucrativos.
  - (E) correta, uma vez que a beneficiária não é órgão público.
- 
33. Nos termos previstos na Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de
- (A) demissão a bem do serviço público.
  - (B) responsabilidade subsidiária.
  - (C) responsabilidade solidária.
  - (D) exoneração.
  - (E) suspensão.
- 
34. A Constituição Federal estabelece que as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de
- (A) decisão preliminar.
  - (B) título executivo.
  - (C) precatório.
  - (D) sentença normativa.
  - (E) título judicial.
- 
35. A verificação de desvio de finalidade enseja o julgamento
- (A) irregular e a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (B) irregular e a fixação de responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (C) regular, com ressalvas, e a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (D) regular, com ressalvas, e a fixação de responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (E) regular, com ressalvas, e, no caso de dano ao erário, a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
- 
36. A titularidade do controle externo é do
- (A) Poder Executivo, com auxílio do Tribunal de Contas.
  - (B) Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.
  - (C) Poder Judiciário, com o auxílio do Tribunal de Contas.
  - (D) Tribunal de Contas, com o auxílio do Poder Legislativo.
  - (E) Ministério Público, com o auxílio do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas.
- 
37. A consulta ao TCE/PR poderá ser formulada, dentre outros interessados, por
- (A) qualquer cidadão.
  - (B) partido político.
  - (C) qualquer associação.
  - (D) sindicato.
  - (E) órgão fiscalizador de categoria profissional.





38. Um Prefeito de um Município do Estado do Paraná teve um determinado ato por ele praticado julgado irregular por decisão monocrática do TCE/PR, publicada no diário oficial de 10 de outubro (segunda-feira) de 2011. Não conformado com o decidido, interpôs, no dia 24 do mesmo mês, recurso de revista com pedido de efeitos devolutivo e suspensivo. A medida tomada pelo administrador pode ser considerada
- (A) adequada, todavia somente caberá efeito suspensivo se constatado risco iminente de lesão grave e de difícil reparação.
  - (B) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de agravo. Todavia, poderá ser recebido, pois não houve indício de má-fe e foi respeitado o prazo do recurso correto.
  - (C) adequada, todavia o recurso de revista só admite efeito devolutivo.
  - (D) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de agravo e não foi respeitado o prazo do recurso correto, que é de dez dias.
  - (E) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de revisão e não foi respeitado o prazo do recurso correto, que é de dez dias.

---

#### Auditoria

39. O modelo COSO I é uma ferramenta que permite ao administrador revisar e melhorar seu sistema de controle interno e foi estruturado com base em cinco componentes: ambiente interno ou de controle, avaliação de risco, procedimentos ou atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento. O modelo COSO II pode ser considerado mais abrangente, pois possuiu, além desses, mais três componentes. São eles:
- (A) definição de objetivos, identificação de riscos e resposta aos riscos.
  - (B) definição de objetivos, identificação de riscos e circularização de documentos.
  - (C) tabela de evidências, definição de riscos e circularização de documentos.
  - (D) tabela de evidências, resposta de riscos e circularização de documentos.
  - (E) definição de objetivos, tabela de evidências e resposta de riscos.
- 
40. A fase da auditoria em que se determina o momento da realização de cada uma das tarefas é chamada de
- (A) planejamento.
  - (B) análise de risco.
  - (C) estudo de caso.
  - (D) evidenciação.
  - (E) seleção de programa de trabalho.
- 
41. Risco de auditoria pode ser definido como a possibilidade do auditor
- (A) não encontrar os documentos, processos nem demonstrativos necessários à realização dos trabalhos.
  - (B) trabalhar com informações falsas, fraudulentas ou incompletas.
  - (C) ter sua integridade física ameaçada em razão de sua opinião.
  - (D) expressar uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorções relevantes.
  - (E) emitir parecer inconcluso pelo tempo de auditoria exíguo estabelecido na fase de planejamento.
- 
42. Sobre os papéis de trabalho é correto afirmar que são
- (A) de propriedade da empresa ou órgão auditado.
  - (B) documentos elaborados pelo auditor na fase que antecede o planejamento da auditoria.
  - (C) o conjunto de formulários que contém os apontamentos obtidos pelo auditor durante o seu exame.
  - (D) as atividades desempenhadas por cada integrante do grupo de auditoria.
  - (E) os documentos, selecionados pelo auditor, que devem ficar arquivados por, pelo menos, dez anos após a emissão do parecer de auditoria.
- 
43. Quando as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o auditor emite um parecer
- (A) conclusivo.
  - (B) sem especificações.
  - (C) extroverso.
  - (D) finalístico.
  - (E) sem ressalva.
- 
44. Na análise dos demonstrativos contábeis, um auditor deparou-se com valores inconsistentes. Diante desse fato, após a verificação da validade das alternativas, para a execução da auditoria ele adotou o menor valor para os componentes do ativo e o maior para os do passivo. A medida tomada pelo auditor atendeu ao princípio da
- (A) entidade.
  - (B) prudência.
  - (C) razoabilidade.
  - (D) oportunidade.
  - (E) competência.



## Administração Financeira e Orçamentária

45. Considere:

1	Receita Tributária
2	Subvenções Sociais
3	Receita Patrimonial
4	Investimentos
5	Operações de Crédito
6	Inversões Financeiras
7	Alienações de Bens
8	Subvenções Econômicas
9	Amortização de Empréstimos
10	Amortização da Dívida Pública

Com base no quadro acima, podem ser classificados como receita e despesa de capital, respectivamente, os itens

- (A) 1 e 2.
- (B) 4 e 5.
- (C) 3 e 8.
- (D) 6 e 7.
- (E) 9 e 10.

46. O regime de adiantamento

- (A) pode ser aplicado a qualquer tipo de despesa.
- (B) é exceção à regra do prévio empenho.
- (C) pode ser feito a servidor em alcance, desde que este ainda não tenha sido condenado judicialmente.
- (D) é vedada sua concessão a servidor já responsável por dois adiantamentos.
- (E) é proibida sua concessão a servidor ocupante de cargo em comissão em razão de sua natureza precária.

47. O ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta é

- (A) o lançamento da receita.
- (B) a inscrição em dívida ativa.
- (C) o pagamento.
- (D) o empenho.
- (E) a liquidação.

48. Os anexos de metas e riscos fiscais integram

- (A) a Lei Orçamentária Anual.
- (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) o Plano Plurianual.
- (D) o Balanço Orçamentário.
- (E) a Demonstração de Variações Patrimoniais.

49. No dia 30 de janeiro do penúltimo ano de mandato, o prefeito de um município do Estado do Paraná realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária para atender insuficiência de caixa, obrigação que foi liquidada em 15 de dezembro do mesmo ano. Nesse caso,

- (A) houve ilegalidade, uma vez que não é possível contratar esse tipo de operação de crédito nos dois últimos anos de mandato do Prefeito Municipal.
- (B) não houve ilegalidade, eis que respeitado o prazo limite para contratação desse tipo de operação de crédito, que é somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- (C) houve ilegalidade, pois a liquidação deveria ter ocorrido até o dia 10 de dezembro do ano da contratação.
- (D) houve ilegalidade, uma vez que a operação de crédito foi contratada para atender insuficiência de caixa, hipótese que configura planejamento inadequado.
- (E) não houve ilegalidade, eis que ocorreu a liquidação total do débito.

50. Ao final de um determinado bimestre, a Prefeitura de um Município do Estado do Paraná verificou a possibilidade da realização de receitas não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal. Diante desse fato, a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê como medida obrigatória

- (A) realizar limitação de empenho e movimentação financeira.
- (B) fazer reestruturação administrativa.
- (C) suspender a execução dos contratos em vigor por trinta dias, salvo aqueles referentes a serviços essenciais.
- (D) revogar certames licitatórios que ainda não geraram contratos.
- (E) cancelar os concursos para admissão de pessoal que ainda não tenham sido homologados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

51. A Anotação de Responsabilidade Técnica – ART define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de quaisquer serviços de engenharia, arquitetura ou agronomia. Ou seja, a ART caracteriza os direitos e obrigações entre profissionais e contratantes, além de determinar a responsabilidade profissional por eventuais defeitos e erros técnicos. Os registros efetuados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA – sob a forma de ART, ao longo da vida profissional, constitui o comprovante básico que atesta a capacidade e experiência do profissional. Esse documento é denominado
- (A) acervo técnico.
  - (B) diploma técnico.
  - (C) anotação técnica.
  - (D) atestado técnico.
  - (E) currículo técnico.
- 
52. O método racional é dos mais conhecidos e antigos modelos para o cálculo da vazão de pico à saída de uma bacia hidrográfica. Aplica-se a pequenas bacias hidrográficas e às que atendam alguns critérios técnicos, dentre os quais:
- I. pode-se assumir a distribuição uniforme da precipitação, no tempo e no espaço.
  - II. a duração da precipitação nunca excede o tempo de concentração da bacia.
  - III. há predomínio de escoamento superficial, como é o caso em áreas urbanizadas.
  - IV. efeitos de armazenamento superficial, durante o escoamento, não são desprezíveis.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e IV, apenas.
  - (B) II e IV, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) III e IV, apenas.
  - (E) I, II, III e IV.
- 
53. As energias de compactação usualmente utilizadas no Brasil geralmente seguem as especificações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para obras de pavimentação rodoviária. A norma técnica DNER-ME 129/94 estabelece as energias de compactação normal, intermediária e modificada para se determinar a correlação entre o teor de umidade e a massa específica aparente do solo seco. Segundo esse método, para se obter a energia normal, em laboratório, é necessária a aplicação com soquete de  $4,536 \pm 0,01$  kg de
- (A) 10 golpes.
  - (B) 12 golpes.
  - (C) 26 golpes.
  - (D) 55 golpes.
  - (E) 72 golpes.
- 
54. Período de retorno, também conhecido como período de recorrência ou tempo de recorrência, é o intervalo de tempo estimado de ocorrência de um determinado evento. É um termo bastante utilizado em hidrologia e é definido como o inverso da probabilidade de um evento ser igualado ou ultrapassado. Este parâmetro estatístico tem grande utilidade para análises de risco e dimensionamento de obras de engenharia, geralmente com o objetivo de minimizar os efeitos prejudiciais de certo fenômeno natural. São exemplos destas obras: vertedouros, quebra-mares e obras de drenagem. Entre os eventos comumente associados a um período de retorno NÃO estão
- (A) os terremotos.
  - (B) as chuvas.
  - (C) as enchentes.
  - (D) as secas.
  - (E) os deslizamentos.
- 
55. O DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) define a nomenclatura das rodovias pela sigla BR, que significa que a rodovia é federal, seguida por três algarismos. O primeiro algarismo indica a categoria da rodovia, de acordo com as definições estabelecidas no Plano Nacional de Viação. Os dois outros algarismos definem a posição, a partir da orientação geral da rodovia, relativamente à Capital Federal e aos limites do país (Norte, Sul, Leste e Oeste). As rodovias BR-381 e BR-153 podem ser classificadas, segundo a nomenclatura do DNIT, respectivamente, como rodovias
- (A) radial e de ligação.
  - (B) diagonal e transversal.
  - (C) transversal e radial.
  - (D) diagonal e longitudinal.
  - (E) de ligação e longitudinal.



56. A Sondagem a Percussão – Ensaio de SPT (*Standart Penetration Test*) é considerada, dentre os métodos tradicionais mais utilizados, um dos mais simples para o reconhecimento do subsolo, além de ser um importante e eficiente teste executado nas diversas obras de engenharia de fundações. A sondagem fornece subsídios numéricos para o projeto, devido a sua simplicidade na obtenção dos índices de resistências dos solos durante os ensaios. A cravação do amostrador no solo é obtida por quedas sucessivas do martelo (golpes) até a penetração de 45 cm. O  $N_{SPT}$  pode ser descrito como o número de golpes necessários para cravar os
- (A) primeiros 45 cm do amostrador padrão.
  - (B) primeiros 15 cm do amostrador padrão.
  - (C) últimos 30 cm do amostrador padrão.
  - (D) últimos 45 cm do amostrador padrão.
  - (E) primeiros 30 cm do amostrador padrão.
- 
57. Os solos, pela sua origem, podem ser classificados em dois grandes grupos: residual e transportado. Os solos residuais são aqueles originários da decomposição das rochas que se encontram no próprio local em que se formaram. Os transportados foram levados ao seu atual local por algum agente de transporte. Suas características são função do agente transportador. Nos solos residuais, as características da rocha mãe possuem grande influência na composição física do solo. Um exemplo de solo originário de rochas de basaltos é
- (A) a terra roxa.
  - (B) a areia quartzosa.
  - (C) a areia quartzosa laterítica.
  - (D) a turfa.
  - (E) o caulim.
- 
58. No recebimento de um produto ou serviço, a partir do ensaio de uma amostra, são verificadas as condições para sua aceitação ou rejeição, em função de características associadas à qualidade que podem ser atributos ou variáveis. No caso do concreto, a característica é, em geral, a resistência à compressão simples, portanto, uma variável. Os critérios de aceitação podem ser determinísticos ou probabilísticos. Conforme critérios determinísticos, não se admite, no conjunto, nenhuma peça, unidade ou fração não conforme, isto é, que não atenda à especificação. Na aceitação por critério probabilístico admite-se
- (A) 50% dos produtos da amostra não conformes.
  - (B) toda a amostra do produto não conforme.
  - (C) nenhuma fração do produto não conforme.
  - (D) nenhum produto não conforme.
  - (E) uma fração do produto não conforme.
- 
59. A elaboração de uma composição de preços para serviços de engenharia é tarefa bastante complexa, pois os insumos a serem considerados são bastante variados. Esta composição deve levar em conta tanto os custos diretos quanto os custos indiretos. Para serviços prestados ao DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), devem ser verificadas as composições de preços padronizadas pelo órgão. Atualmente, a composição de preços de serviços e insumos do DNIT é disponibilizada através de tabela denominada
- (A) TCPO – Tabelas de Composições de Preços para Orçamentos.
  - (B) SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.
  - (C) TPU – Tabela de Preços Unitários.
  - (D) SICRO – Sistema de Custos Rodoviários.
  - (E) TCU – Tabela de Custos Unitários.
- 
60. Durante a elaboração do projeto básico de uma rodovia foram identificadas jazidas de solos ao longo da faixa de domínio da rodovia. Apenas uma jazida apresentou volume suficiente de solo para a camada de sub-base do pavimento. Após a amostragem e caracterização do solo em laboratório, identificou-se um solo argiloso, com CBR igual a 21% e expansão igual a 0,9%. Este solo, para ser utilizado na camada de sub-base necessitará
- (A) de compactação e estabilização com cimento.
  - (B) apenas de compactação.
  - (C) de estabilização com cal e cimento.
  - (D) de compactação e estabilização com cal.
  - (E) apenas de estabilização com cimento.



61. Em pavimentos flexíveis asfálticos, o revestimento é composto por misturas asfálticas. Estas misturas são compostas, basicamente, por agregados e Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP). A quantidade de agregados e de CAP em uma mistura devem ser determinados em laboratório, a partir de métodos de dosagem. O teor de ligante (CAP) varia de acordo com o método de dosagem e em função de parâmetros como energia de compactação, tipo de mistura, temperatura, entre outros. Durante a evolução dos procedimentos de dosagem, diversas formas de compactação de amostras vêm sendo desenvolvidas. Esta compactação pode ser realizada através de impacto, vibração, amassamento ou rolagem. O método de dosagem Marshall e o método de dosagem *Superpave* utilizam, respectivamente, compactação através de
- (A) impacto e amassamento.
  - (B) impacto e rolagem.
  - (C) vibração e rolagem.
  - (D) rolagem e vibração.
  - (E) amassamento e vibração.
- 
62. As misturas asfálticas a quente, utilizadas para revestimento de pavimentos, podem ser subdivididas pela graduação dos agregados e filer. Destacam-se três tipos mais usuais nas misturas a quente, a saber: graduação densa, graduação aberta e graduação descontínua. São exemplos de mistura com graduação densa, aberta e descontínua, respectivamente,
- (A) *stone matrix asphalt*, concreto asfáltico e *gap-graded*.
  - (B) *gap-graded*, camada porosa de atrito e *stone matrix asphalt*.
  - (C) concreto asfáltico, camada porosa de atrito e *stone matrix asphalt*.
  - (D) camada porosa de atrito, concreto asfáltico e *stone matrix asphalt*.
  - (E) concreto asfáltico, *gap-graded* e camada porosa de atrito.
- 
63. A classificação HRB (*Highway Research Board*) possui como premissa estabelecer uma hierarquização para os solos do subleito a partir da realização de ensaios simples, realizados de forma corriqueira: a análise granulométrica por peneiramento e a determinação dos limites de liquidez e de plasticidade. Nesta classificação, os solos são divididos, de forma geral, em dois grandes grupos: os materiais granulares e os materiais silto-argilosos. A fração passante na peneira nº 200 que separa estas duas frações é igual a
- (A) 15%.
  - (B) 30%.
  - (C) 35%.
  - (D) 50%.
  - (E) 55%.
- 
64. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), através da Resolução nº 307 de 05/07/02 – DOU de 17/07/02, estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais, tendo para esse fim definido as especificações de resíduos da construção civil. Estes resíduos são classificados em 4 classes, a saber: A, B, C e D. A Classe B é composta por resíduos
- (A) perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.
  - (B) reutilizáveis ou recicláveis, tais como agregados de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação.
  - (C) reutilizáveis ou recicláveis, tais como agregados de obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem.
  - (D) para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso.
  - (E) recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e outros.
- 
65. A hierarquização de serviços e insumos em um processo de produção é de extrema importância. A classificação estatística de materiais, baseada no princípio de Pareto, em que se considera a importância dos materiais baseada nas quantidades utilizadas e no seu valor é denominada
- (A) PERT/CPM.
  - (B) curva ABC.
  - (C) curva de Pareto.
  - (D) curva 70/30.
  - (E) curva PMBOK.



66. A falta de racionalização, observada em grande número de obras, é normalmente contextualizada como a separação entre o projeto e a execução. Com o passar do tempo, os construtores ficaram mais distanciados das atividades de projeto e os projetistas ficaram mais longe da execução dos sistemas por eles projetados. Esta perda de elos entre os participantes fez com que a atividade construtiva passasse a ter altos índices de desperdício. Com o objetivo de reverter este cenário, reduzir os desperdícios e otimizar a execução de obras, deve-se, entre outros, utilizar mão de obra especializada para
- (A) a compatibilização de projetos.
  - (B) o controle de material.
  - (C) a ginástica laboral.
  - (D) o controle de produtividade.
  - (E) a compatibilização de produção.

67. Em um projeto de drenagem rodoviária, os dispositivos destinados a conduzir para locais de deságue seguro as águas captadas pelas caixas coletoras, e que podem estar localizados nas extremidades dos comprimentos críticos das sarjetas de corte em seção mista, nas seções em corte, quando não for possível o aumento da capacidade da sarjeta ou a utilização de abertura de janela no corte a jusante, nos pés das descidas d'água dos cortes, nos pontos de passagem de corte-aterro e nas rodovias de pista dupla, conduzindo ao deságue as águas coletadas dos dispositivos de drenagem do canteiro central, são denominados
- (A) bueiros de talvegue.
  - (B) bueiros de greide.
  - (C) trincheiras drenantes.
  - (D) dreno sub-horizontais.
  - (E) drenos profundos.

68. Em relação aos dispositivos de drenagem de uma rodovia, considere:
- I. Os corta-rios são canais de desvio abertos com a finalidade de afastar as águas que, ao serpentear em torno da diretriz da estrada, coloquem em risco a estabilidade dos aterros.
  - II. A drenagem interna de estruturas de arrimo tem por objetivo aliviar as pressões hidrostáticas e aumentar as hidrodinâmicas do lençol d'água porventura existentes no maciço a ser arrimado, nas proximidades da obra, de modo a diminuir o empuxo total sobre ela.
  - III. Dissipadores de energia são dispositivos destinados a atenuar a energia do fluxo d'água, aumentando sua velocidade, quer no escoamento através do dispositivo de drenagem, quer no deságue para o terreno natural.
  - IV. A área de implúvio e as características geométricas da via são elementos básicos para o dimensionamento da sarjeta de corte.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e IV, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I, II e IV, apenas.
  - (D) I e IV, apenas.
  - (E) I, II, III e IV.
69. Embora se reconheça a interdependência entre os diversos elementos constituintes do ambiente (água, ar, solo, flora, fauna, etc.), tradicionalmente eles são divididos segundo os meios: físico, biológico (ou biótico) e socioeconômico (ou antrópico). Em relação à esta separação, considere:
- I. O meio físico define-se por: o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água e o regime hidrológico.
  - II. O meio biológico e os ecossistemas naturais são definidos pela fauna e a flora.
  - III. O meio antrópico pode ser definido pelo uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia.
  - IV. Os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade são considerados partes do meio físico.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

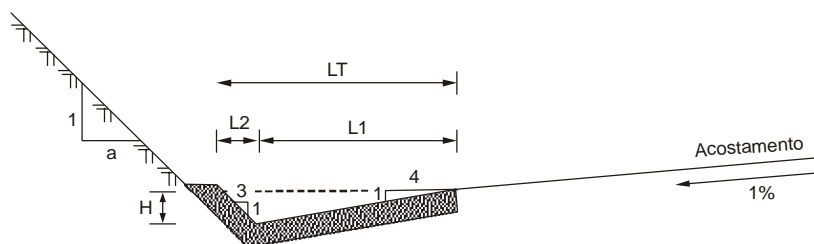


70. Uma alteração ambiental pode ser decorrente de causas naturais ou consequência de atividades humanas. Um efeito ambiental é uma alteração induzida pelo homem. A estimativa ou o julgamento do significado e do valor do efeito ambiental incidente nos meios físico, biótico e antrópico é comumente denominado de impacto ambiental. Quando o efeito tem um tempo determinado, o impacto ambiental é denominado
- (A) imediato.  
 (B) permanente.  
 (C) médio prazo.  
 (D) indireto.  
 (E) temporário.

71. Segundo o "Manual rodoviário de conservação, monitoramento e controle ambientais" do DNIT, licença é o certificado expedido pelo órgão ambiental responsável, a requerimento do empreendedor, atestatório de que o empreendimento ou atividade está em condições de ter prosseguimento do ponto de vista de proteção ao meio ambiente. São tipos de licença: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Considere:
- I. A Licença Prévia (LP) é expedida na fase inicial do planejamento da atividade.  
 II. A Licença de Operação (LO) é expedida com base no projeto executivo e autoriza o início das obras pelo empreendedor, subordinando-as a condições de construção e operação.  
 III. A Licença de Instalação (LI) é fundamentada em informações prestadas pelo empreendedor, especifica as condições básicas a serem atendidas durante a implantação e operação do empreendimento. Sua concessão implica compromisso do empreendedor de manter o projeto final compatível com as condições do deferimento.  
 IV. A Licença de Operação (LO) é expedida com base em vistoria, teste ou outro meio técnico de verificação e autoriza a operação do empreendimento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e IV, apenas.  
 (B) II e III, apenas.  
 (C) I, II e IV, apenas.  
 (D) II e IV, apenas.  
 (E) I, II, III e IV.
72. Considere a representação a seguir:

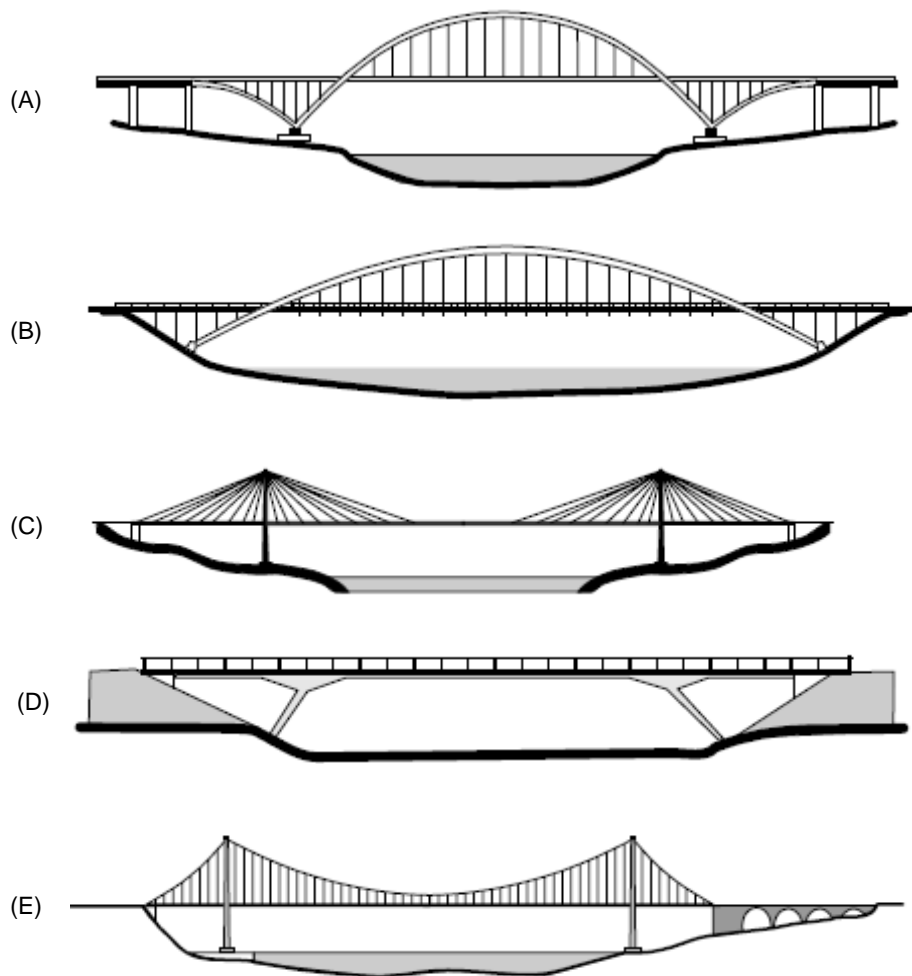


Para um sistema de drenagem superficial eficiente, utiliza-se uma série de dispositivos com objetivos específicos. O dispositivo acima representa uma

- (A) valeta de proteção de corte.  
 (B) sarjeta de corte.  
 (C) valeta de proteção de aterro.  
 (D) sarjeta de aterro.  
 (E) valeta do canteiro central.



73. A travessia de rios em rodovias pode ser realizada por meio da implantação de pontes. O projeto de uma obra de arte especial exige o conhecimento de uma quantidade razoável de dados que, genericamente, pertencem a dois grupos: elementos de campo e elementos básicos de projeto. Diversos tipos de estruturas podem ser executados, entre eles estão as pontes estaiadas, representada em



74. Em um sistema de abastecimento de água convencional, a unidade para retirada de água do manancial abastecedor é denominada
- (A) reservação.
  - (B) adução.
  - (C) distribuição.
  - (D) captação.
  - (E) elevatória.
75. Nos processos de tratamento dos esgotos sanitários, a sedimentação consiste em uma operação física de separação de partículas sólidas com densidade superior à do líquido circundante. No tratamento de esgotos, tem-se basicamente quatro tipos distintos de sedimentação: discreta, floculante, zonal e compressão. A sedimentação discreta caracteriza-se pela
- (A) formação de um manto que sedimenta como uma massa única de partículas.
  - (B) alteração do tamanho das partículas em função da floculação.
  - (C) nítida interface de separação entre a fase sólida e a fase líquida.
  - (D) compressão da estrutura das partículas.
  - (E) manutenção das propriedades físicas, tais como forma, tamanho e densidade.
76. Após a escolha do empreendimento a ser realizado, pode ser necessária a elaboração de anteprojeto. O anteprojeto, representação técnica da obra definida através do estudo de viabilidade,
- (A) tem nível de precisão adequado para a definição da viabilidade técnica da obra.
  - (B) é suficiente para a licitação, pois permite a estimativa fiel dos custos da obra.
  - (C) contempla o detalhamento de pontos chaves do projeto, como obras de arte especiais e túneis.
  - (D) é a fase na qual devem ser relacionadas as condicionantes para escolha do método construtivo da obra.
  - (E) não é suficiente para a licitação, por não dispor de elementos técnicos suficientes.





77. O projeto básico é o elemento mais importante na execução de obra pública. Falhas em sua definição ou constituição podem dificultar a obtenção do resultado almejado pela Administração. NÃO é requisito necessário de um projeto básico
- (A) ter viabilidade técnica e prover adequado tratamento do impacto ambiental.
  - (B) possuir os elementos necessários e suficientes para caracterização do objeto.
  - (C) ter nível de precisão adequado, ou seja, aderência ao orçamento proposto.
  - (D) possuir elementos suficientemente detalhados para permitir a execução do objeto.
  - (E) possibilitar a avaliação do custo da obra, do prazo e do método construtivo.

78. Em relação ao recebimento definitivo de uma obra, considere:

- I. O recebimento definitivo da obra ocorrerá por meio de termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de observação hábil, ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- II. O recebimento definitivo só ocorrerá após a elaboração do *as built* pelo contratante, com o objetivo de verificar se tudo foi executado conforme o projeto.
- III. Previamente ao recebimento da obra, a empresa responsável por sua execução deve providenciar as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto – água, esgoto, gás, energia elétrica e telefone.
- IV. Após o recebimento definitivo, o contratado não é obrigado a reparar ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato no qual se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

79. A caracterização do componente ambiental dos projetos de engenharia rodoviária é realizada por meio da elaboração dos estudos ambientais concernentes à área de influência do empreendimento e dos projetos ambientais. Durante a etapa de projeto básico, a caracterização do componente ambiental é realizada por meio

- (A) da elaboração de diagrama unifilar, com identificação de todas as áreas legalmente protegidas.
- (B) do detalhamento, em nível compatível, de todas as soluções propostas.
- (C) da identificação e avaliação dos impactos ambientais.
- (D) da definição de especificações particulares para a obra, que garantam a sua correta execução.
- (E) da determinação das quantidades envolvidas nos planos de mitigação ambiental.

80. O subsistema de drenagem rodoviária cujo objetivo é interceptar e captar as águas provenientes das áreas adjacentes à via e aquelas que se precipitam sobre o corpo estradal é chamado de drenagem

- (A) subsuperficial.
- (B) superficial.
- (C) de talvegue.
- (D) profunda.
- (E) especial.

81. Para a concretagem de um tubo cilíndrico, com diâmetro igual a 160 cm e altura de 6 m deverá ser encomendado concreto a ser transportado em caminhão betoneira. Recomenda-se que o volume mínimo de entrega de concreto não seja inferior a 1/5 da capacidade máxima do caminhão betoneira. Considerando que os caminhões serão carregados com 2/3 da capacidade máxima, de 10 m<sup>3</sup>, há necessidade de

- (A) 1 caminhão.
- (B) 2 caminhões.
- (C) 3 caminhões.
- (D) 7 caminhões.
- (E) 20 caminhões.



82. Uma viga de concreto armado será implantada em uma edificação. Para a confecção da armadura foi consultado o projeto executivo, que entre outras informações possui a tabela resumo do aço a ser utilizado. No projeto, o aço é quantificado separadamente para cada diâmetro, e a tabela resumo auxilia na determinação, em peso, da quantidade total de aço a ser comprada. Em uma viga, será utilizado Aço CA-25 nas bitolas de 12,5 mm e 6,3 mm. Para o aço com diâmetro de 6,3 mm, serão necessários 54 m, e para o aço de 12,5 mm de diâmetro o comprimento necessário é de 26,5 m. A massa específica do aço é de, aproximadamente,  $7850 \text{ kg/m}^3$ . É correto afirmar que a massa do aço de 12,5 mm é
- (A) superior ao dobro da massa do aço de 6,3 mm.
  - (B) inferior à metade da massa do aço de 6,3 mm.
  - (C) igual ao dobro da massa do aço de 6,3 mm.
  - (D) à metade da massa do aço de 6,3 mm.
  - (E) inferior ao dobro da massa do aço de 6,3 mm.

83. Em uma via urbana ou rodoviária, a sinalização permanente, composta por placas, painéis, marcas no pavimento e elementos auxiliares, constitui-se num sistema de dispositivos fixos de controle de tráfego que, por sua simples presença no ambiente operacional de uma via, regulam, advertem e orientam os seus usuários. Em relação à sinalização, considere:
- I. Os sinais de advertência têm a forma quadrada, com posicionamento definido por diagonal, na vertical, e fundo na cor amarela.
  - II. A distância de visibilidade necessária para a visualização do sinal é composta pela distância de percurso na velocidade de operação da via, correspondente ao tempo de percepção e reação, subtraída da distância que vai desde o ponto limite do campo visual do motorista até o sinal.
  - III. As dimensões dos sinais de indicação não variam em função das características da via, principalmente no tocante à sua velocidade de operação.
  - IV. Os balizadores são dispositivos auxiliares de percurso, posicionados lateralmente à via.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e IV, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I, II e IV, apenas.
  - (D) II e IV, apenas.
  - (E) I, II, III e IV.
84. A sinalização horizontal em uma via é estabelecida por meio de marcações ou de dispositivos auxiliares implantados no pavimento. As linhas que delimitam para o usuário a parte da pista destinada ao tráfego, separando-a dos acostamentos, das faixas de segurança ou simplesmente do limite da superfície pavimentada são denominadas linhas de
- (A) canalização.
  - (B) proibição de mudança.
  - (C) borda.
  - (D) retenção.
  - (E) proibição de ultrapassagem.

85. A terraplenagem é composta por algumas etapas preliminares genéricas que, obviamente, podem ser desnecessárias conforme as características específicas do terreno encontrado. Sobre esses serviços preliminares considere:
- I. O desmatamento é a retirada da vegetação de grande porte. Feito com moto-serra ou, eventualmente, com processos mecânicos no caso de existência de poucas árvores.
  - II. O destocamento é a retirada dos restos das árvores (tocos). É executado com utilização de fogo ou manualmente.
  - III. A limpeza é o processo de retirada da vegetação rasteira. É executado somente com utilização de queimada do local.
  - IV. A remoção da camada vegetal consiste na retirada da camada de solo que pode ser considerada um banco genético para utilização em aterros.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e II, apenas.



**Atenção:** As questões de números 86 a 95 referem-se a Licitação de Obras Públicas e Contratos Administrativos de Obras Públicas.

86. Ressalvadas as hipóteses de dispensa e inexigibilidade previstas na Lei Federal nº 8.666/93, a contratação por entes do Poder Público com terceiros deve ser precedida de licitação no caso de
- (A) serviços, excluídos os de publicidade quando se tratar de sociedades de economia mista.
  - (B) alienações de bens, excluídas as vendas de imóveis pertencentes aos entes da administração indireta.
  - (C) alienações de bens, incluídos os imóveis, e serviços, incluídos os de publicidade.
  - (D) obras, serviços e alienações de bens, exceto quando o contratante for fundação pública.
  - (E) obras e concessões de serviço público, excluídas as concessões de uso de bens imóveis pertencentes a empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 
87. Determinado ente público necessita instalar, em específica região do município, identificada em pesquisa encomendada para tanto, uma unidade destinada ao serviço médico ambulatorial, para atendimento da população. Considerando o tipo de serviço que será prestado no local, foram elencadas condições e características físicas do imóvel necessário para a instalação da referida unidade, que também precisa ser de grandes dimensões. Localizado um imóvel, pertencente a particular, que bem se adequaria à instalação do serviço médico ambulatorial, o ente público
- (A) deverá realizar prévio procedimento de licitação para a contratação da locação do imóvel, uma vez que o bem pertence a particular.
  - (B) deverá promover a contratação direta da locação somente se o valor não exceder a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
  - (C) poderá promover a contratação direta da locação, mediante procedimento para posterior ratificação da inexigibilidade do certame.
  - (D) poderá promover a contratação direta da locação, mediante prévio procedimento para dispensa do certame, desde que o preço seja compatível com o praticado no mercado.
  - (E) deverá realizar procedimento de licitação, ainda que o resultado do certame enseje a alteração da localização do imóvel onde será instalado o serviço.
- 
88. A Secretaria da Cultura de determinado Estado precisa promover a construção de um anfiteatro para a realização de eventos culturais. Considerando a especificidade da construção, não possui corpo técnico próprio capaz de elaborar o projeto. Pretende assim, licitar a contratação da elaboração do projeto, instituindo prêmio para o licitante vencedor. Dentre as modalidades de licitação, e nos termos da Lei nº 8.666/93, é considerada adequada a realização de
- (A) convite, por meio do qual poderá escolher o licitante vencedor, que será contratado com declaração de inexigibilidade de licitação.
  - (B) concurso, para escolha dentre os interessados, estabelecendo-se previamente o prêmio a ser pago ao vencedor do certame.
  - (C) concorrência, ao término da qual poderá ser declarada a inexigibilidade do certame.
  - (D) convite, para chamada dos interessados a concorrer, por meio de concurso, em procedimento de licitação híbrido.
  - (E) tomada de preços, para valor inferior a R\$ 150.000,00, por meio da qual será possível identificar o licitante habilitado à contratação com inexigibilidade de licitação ao término do certame.
- 
89. Na fase de habilitação da licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, admite-se a exigência, dentre outros requisitos, da regularidade
- (A) jurídica, mediante a apresentação de certidões que comprovem a inexistência de quaisquer ações judiciais ajuizadas contra si na comarca onde serão prestados os serviços ou realizadas as obras.
  - (B) econômico-financeira, mediante a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.
  - (C) fiscal, mediante a apresentação de certidão negativa de débito de tributos exclusivamente da competência do ente contratante, vedado exigir certidões negativas de débito de outros entes tributantes.
  - (D) econômico-financeira, mediante a apresentação de certidões que comprovem a inexistência de ações judiciais de objeto patrimonial, ajuizadas contra o licitante na comarca onde serão prestados os serviços ou realizadas as obras.
  - (E) jurídica, mediante a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.



90. Uma licitação para a aquisição de material escolar foi concluída às vésperas do término do mandato de dirigente de determinado ente público. O novo dirigente, após assumir o cargo, entendeu que alguns bens que constaram do objeto do certame tornaram-se desnecessários em razão da alteração do programa educacional, mostrando-se necessária, por outro lado, a aquisição de outros itens. Embora não tenha sido identificado no certame, qualquer vício de ilegalidade, processual ou material, o dirigente
- (A) poderá revogar o certame, por razões de conveniência e oportunidade, consubstanciadas em interesse público decorrente do fato superveniente e pertinente devidamente comprovado.
  - (B) deverá emendar o certame, a fim de alterar o objeto do mesmo, excluindo e incluindo os bens necessários para adequação ao atual programa educacional.
  - (C) deverá anular o certame, por razões de conveniência e oportunidade, indenizando, comprovado os danos, o licitante vencedor.
  - (D) poderá anular o certame, por razões de legalidade, ainda que já tenha sido adjudicado o objeto ao vencedor e celebrado o contrato, a fim de atender o interesse público.
  - (E) poderá retificar o certame, aditando o edital proposto para inclusão dos bens necessários e exclusão dos bens prescindíveis.
- 
91. A Administração Pública está vinculada aos termos do edital publicado para contratação de obras e serviços. Constatada alguma irregularidade no procedimento, tal como o descumprimento da Lei nº 8.666/93 no edital publicado, é possível a impugnação do
- (A) edital por qualquer cidadão, desde que comprove interesse jurídico no resultado do certame.
  - (B) certame somente pelos licitantes que poderiam concorrer, caso a irregularidade fosse sanada.
  - (C) certame por qualquer cidadão, desde que o fundamento se refira ao preço da contratação.
  - (D) certame, por qualquer cidadão, perante o Tribunal de Contas competente para a respectiva fiscalização.
  - (E) certame somente pelos licitantes preteridos na fase de habilitação.
- 
92. Determinado ente público publicou edital de licitação para aquisição de materiais hospitalares. Considerando que incluiu bens importados na listagem, diferiu a definição do preço para o momento da contratação, estabelecendo apenas valores de referência no edital. O contrato firmado também estabeleceu que a definição do preço seria feita a cada entrega dos lotes de material, conforme variação do mercado. O contrato firmado, com base na Lei nº 8.666/93,
- (A) deve ser anulado, por vício de ilegalidade, uma vez que não constou cláusula com definição de preço certo.
  - (B) deve ser anulado somente se for comprovado o pagamento de preço superior ao de mercado.
  - (C) pode ser anulado caso outro licitante comprove que operaria com preços inferiores aos praticados pelo vencedor.
  - (D) pode ser aditado, a fim de que seja estabelecido preço certo para a aquisição, o que sanaria o vício de ilegalidade.
  - (E) deve ser alterado unilateralmente, a fim de permitir à Administração definir, a cada lote adquirido, o valor que será pago.
- 
93. O regime jurídico que rege os contratos administrativos confere à Administração Pública a prerrogativa, dentre outras, de
- (A) rescindir unilateralmente o contrato, por razões de conveniência e oportunidade, prescindindo de qualquer indenização ao contratado.
  - (B) alterar unilateralmente o contrato, inclusive as cláusulas econômico-financeiras, desde que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
  - (C) alterar unilateralmente o contrato, excluindo as cláusulas econômico-financeiras, que demandam prévia concordância do contratado.
  - (D) requerer judicialmente a aplicação de penalidades contratuais pela inexecução do contrato, vedada a aplicação administrativa de quaisquer sanções.
  - (E) determinar a outro licitante a execução do contrato, sucedendo o contratado na avença no caso de descumprimento e desde que se trate de prestação de serviços públicos essenciais.
- 
94. Determinado dirigente solicitou à empresa especializada a prestação de serviços de publicidade para divulgação das obras realizadas em sua gestão. Em razão da suposta urgência, não foi realizado certame licitatório, prometendo o dirigente que regularizaria a situação por meio de posterior procedimento de ratificação da contratação, o que não foi feito. Com o término do mandato, não tendo recebido o pagamento pelos serviços que entende prestados, a empresa pretende cobrar do atual ocupante do cargo público. O atual dirigente, com base na Lei Federal nº 8.666/93,
- (A) poderá realizar o pagamento dos serviços prestados, reconhecendo a validade de contrato verbal com a Administração Pública.
  - (B) deverá realizar o pagamento pelos serviços prestados, desde que a empresa comprove a efetiva realização dos serviços, a fim de não configurar enriquecimento ilícito.
  - (C) deverá instaurar o procedimento de ratificação da contratação com dispensa de licitação, no qual caberá à empresa comprovar que foi observado o critério do menor preço para os serviços realizados.
  - (D) não deverá realizar qualquer pagamento pelos serviços supostamente prestados, uma vez que não pode reconhecer a validade de contrato verbal com o Poder Público.
  - (E) não poderá realizar o pagamento pelos serviços prestados, uma vez que o procedimento para ratificação da contratação deveria ter sido iniciado na gestão anterior, diferindo-se para a atual apenas a obrigação de realizar o pagamento.



95. É hipótese de rescisão, expressamente prevista na Lei nº 8.666/93, que enseje indenização ao contratado,
- (A) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.
  - (B) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.
  - (C) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, quando não prevista pelo contrato.
  - (D) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.
  - (E) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas nos termos da lei.

**Atenção:** As questões de números 96 a 100 referem-se a Normas Aplicáveis.

96. Nos termos da Resolução TCE/PR nº 4/2006, todas as obras de engenharia executadas diretamente pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual deverão possuir
- (A) designação do fiscal do contrato.
  - (B) ordem de início da obra.
  - (C) contrato ou outro instrumento hábil.
  - (D) documento de prestação de garantia contratual.
  - (E) designação do fiscal da obra.

97. Nos termos da Orientação Técnica – OT IBR001/2006 do Instituto Brasileiro de Obras Públicas (IBRAOP), o documento que é o conjunto de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra a ser executada, atendendo às Normas Técnicas e à legislação vigente, elaborado com base em estudos anteriores que assegurem a viabilidade e o adequado tratamento ambiental do empreendimento denomina-se

- (A) estudo ambiental.
- (B) registro geral de especificações técnicas.
- (C) relatório técnico por tipo de obra.
- (D) projeto básico.
- (E) planilha orçamentária.

98. Nos termos da Lei nº 5.194/66, só poderá ter em sua denominação as palavras engenharia, arquitetura ou agronomia a firma comercial ou industrial cuja diretoria for composta por profissionais registrados nos Conselhos Regionais numa quantidade equivalente, em relação à sua composição, a

- (A) sua maioria.
- (B) no mínimo 50%.
- (C) no mínimo 10%.
- (D) no mínimo 70%.
- (E) no mínimo 30%.

99. Uma Prefeitura do Estado do Paraná elaborou edital de licitação para a contratação de uma empresa especializada para a construção de uma unidade básica de saúde. Tendo por objetivo obter garantia à boa execução do contrato, inseriu item no texto do edital determinando que, para fins habilitatórios, as empresas interessadas em participar do certame deveriam comprovar aptidão por meio de atestados, admitindo-se apenas aqueles advindos de órgãos públicos que já licitaram o mesmo objeto. O procedimento adotado pelo município é

- (A) incorreto, pois a experiência anterior em obra somente pode ser comprovada pela apresentação de contrato acompanhado do termo de recebimento definitivo.
- (B) incorreto, uma vez que devem também ser admitidos atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito privado.
- (C) correto, pois a Administração somente terá segurança da boa execução do contrato se comprovada pela empresa a realização de obra análoga para outro órgão público.
- (D) correto, uma vez que se trata de construção de unidade básica de saúde, serviço essencial à população, o que requer maior rigor por parte da Administração.
- (E) incorreto, pois a apresentação de atestados somente pode ser exigida para fins de contratação e não como requisito de habilitação em certame licitatório.

100. Os documentos necessários à habilitação em certame licitatório

- (A) podem ser dispensados no caso de concurso, qualquer forma de fornecimento de bens e leilão.
- (B) devem ser autenticados pelo cartório competente, se forem apresentados na forma de cópia.
- (C) é possível sua substituição por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública.
- (D) são dispensados para licitações cujo valor estimado seja menor que R\$ 650.000,00.
- (E) podem ser exigidos simultaneamente à cobrança de taxa para participação no certame licitatório.